



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2203 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação

CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL E REFORMA GERENCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
Igor Andrade da Costa - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Em razão da crise orgânica do capital, ao final dos anos 1960, as diretrizes curriculares são reconfiguradas com vistas a atender aos interesses do capital. As reformas curriculares objetivam reconfigurar a educação para demandas renovadas de produção e reprodução social da vida material sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento flexível do capital. A partir desta realidade, tomamos como referência a reforma curricular operada no estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é explicitar em que medida a proposta curricular contida no Decreto Estadual nº 42.793/2011 materializa esforços burgueses para ajustar o sistema educacional fluminense às demandas de produtividade e competitividade das empresas e ao novo tipo de relação entre Estado e sociedade. Trata-se de uma pesquisa básica de análise qualitativa e caráter explicativo baseada em análise documental. Os resultados indicam que as reformas curriculares tratam-se de um movimento do capital com vistas a formação de um trabalhador de novo tipo, o que nos permitiu concluir que o currículo mínimo fluminense atualiza o projeto burguês de socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico e renova a dualidade do ensino.

Palavras-chave: Crise Orgânica, Nova Gestão Pública, Reforma Curricular.

Crise Orgânica do Capital e Reforma Gerencial da Educação Pública

RESUMO

Em razão da crise orgânica do capital, ao final dos anos 1960, as diretrizes curriculares são reconfiguradas com vistas a atender aos interesses do capital. As reformas curriculares objetivam reconfigurar a educação para demandas renovadas de produção e reprodução social da vida material sob a hegemonia do modelo de desenvolvimento flexível do capital. A partir desta realidade, tomamos como referência a reforma curricular operada no estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é explicitar em que medida a proposta curricular contida no Decreto Estadual nº 42.793/2011 materializa esforços burgueses para ajustar o sistema educacional fluminense às demandas de produtividade e competitividade das empresas e ao novo tipo de relação entre Estado e sociedade. Trata-se de uma pesquisa básica de análise qualitativa e caráter explicativo baseada em análise documental. Os resultados indicam que as reformas curriculares tratam-se de um movimento do capital com vistas a formação de um trabalhador de novo tipo, o que nos permitiu concluir que o currículo mínimo fluminense atualiza o projeto burguês de socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico e renova a dualidade do ensino.

Palavras-chave: Crise Orgânica, Nova Gestão Pública, Reforma Curricular.

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados parciais obtidos em nossa pesquisa de mestrado intitulada "*Reforma Gerencial e seus impactos no Currículo Mínimo da Educação Básica: uma análise da gestão curricular da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro*". Esta pesquisa é, na realidade, um recorte de uma pesquisa mais ampla acerca dos "*Novos modelos de gestão de sistemas públicos de ensino e precariedade do trabalho docente: um estudo sobre o impacto do modelo gerencial na dinâmica do trabalho escolar*", realizada pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho,

O esgotamento do modelo de desenvolvimento rígido evidenciado pela crise orgânica do capital ao final nos anos 1960, leva a burguesia a recompor suas bases de acumulação por meio da superação do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista e propagação do modelo de desenvolvimento flexível do capital. Este modelo se caracteriza pelo regime de acumulação toyotista e por acionar os princípios neoliberais para mediar a relação Estado-sociedade. Esta configuração do capitalismo leva à intensificação da concorrência capitalista e à intensificação da precariedade da vida. Com vistas a dar conta das condições renovadas de qualificação e formação para o projeto burguês de sociedade, a educação escolarizada tem suas bases pedagógicas reformuladas. Este trabalho analisa as determinações políticas, econômicas e sociais que levaram ao deslocamento do conceito de formação por qualificação para o conceito de competências (RAMOS, 2002) na Educação Básica, operado por meio das reformas curriculares. Para tal, tomamos como referências as reformas operadas no estado do Rio de Janeiro a partir do Decreto Estadual nº 42.793/2011.

Problema

Na administração escolar, mudanças substantivas vêm sendo promovidas pelos governos para garantir a qualidade e a produtividade do trabalho escolar, tendo no novo modelo gerencial sua referência para a implementação de estratégias de controle de resultados e de racionalização de recursos humanos e materiais, impondo uma nova realidade à gestão do trabalho e da produção escolar. De acordo com essa perspectiva política e ideológica, o governo Sérgio Cabral Filho (PMDB) dá continuidade às políticas anteriores associados às práticas gerencialistas de administração na educação. Há duas gestões anteriores, a Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro amargava o penúltimo lugar no ranking instituído pelo Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB 2009), quando finalmente Wilson Risolia Rodrigues assume a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) em outubro de 2010, inaugurando uma nova fase na gestão educacional do Rio de Janeiro, ao adotar um discurso produtivista e mercantil, visando exercer uma gestão focada na melhoria de resultados, tendo como referencial o modelo gerencialista.

No ano de 2011, dando prosseguimento à reforma gerencial da SEEDUC/RJ, o Governo baixou o Decreto nº 42.793/2011. Este dispositivo legal introduziu novas diretrizes para a gestão escolar da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro bem de acordo com os pressupostos políticos e ideológicos do modelo da “*Nova Gestão Pública*”, estabelecendo indicadores de aferição de qualidade, critérios para bonificação e avaliação de competências de servidores e instituindo uma nova diretriz curricular para a Educação Básica. Frente a esta problemática, nosso trabalho toma como objeto de análise os pressupostos teóricos e metodológicos contidos na proposta curricular delineada pelo Decreto Estadual n. 42.793/2011.

O papel da educação para o Bloco Histórico do capital

A perpetuação do Bloco Histórico capitalista demanda a conformação do trabalho para as condicionantes de reprodução ampliada do capital. Esta ação pedagógica demanda o surgimento da educação escolarizada com o objetivo de qualificar a força de trabalho para as demandas psicofísicas e ético-moral do modo de produção e reprodução da vida no capitalismo. Portanto, concordamos com Mészáros (2008, p. 45), ao afirmar que “uma das principais funções da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz”.

Em razão da corrosão do modelo de desenvolvimento rígido do capital, as diretrizes da educação são reconfiguradas com vistas a manter a estabilidade do Bloco Histórico, pois a relação entre Estado e sociedade, mediada pelo trabalho regulamentado e protegido pelo Estado entra em colapso diante da emergência de novas formas de contratação e da intensificação da automação da produção. É neste sentido que as estratégias de formação adotadas na escola são redefinidas para a lógica adaptativa da Pedagogia das Competências, com vistas a incorporar o discurso ideológico marcado pela “apologia à sustentabilidade, ao empreendedorismo, à empregabilidade e ao capital social como conceitos-chave para a interpretação da dinâmica do mercado de trabalho e sua ‘busca’ por soluções – ou conformação ética e moral da classe trabalhadora” (SOUZA, 2018, p. 127)

A crise orgânica do capital.

O modelo de desenvolvimento rígido baseado no regime de acumulação taylorista-fordista, com a segmentação do trabalho em várias etapas rigidamente hierarquizadas desenvolveu um modo de regulação social caracterizado pela ampliação do Estado na mediação do conflito capital-trabalho. O Estado de Bem-Estar Social se destaca pelo trabalho regulamentado e protegido para determinados segmentos da classe trabalhadora e pela expansão de direitos sociais que possibilitaram a liberação de parte do salário para o consumo. O modelo de desenvolvimento rígido viabiliza um período de crescimento da taxa de lucro relativamente contínuo e estável, para EUA e Europa Ocidental, desde 1945 até o final dos anos 1960, quando o aumento da inflação e a queda dos lucros levam as empresas multinacionais a investir cada vez mais nas suas filiais nos países periféricos, ampliando a recessão econômica das potências capitalistas e o aumento do desemprego. Harvey (2014) aponta três razões que conduziram à crise do sistema fordista: os avanços sociais que comprometem a extração do trabalho excedente, a expansão geográfica das indústrias para as nações do mundo periférico e a impossibilidade de rolar a dívida das nações desenvolvidas. A fim de superar o baixo crescimento, as empresas buscam estratégias de diversificar investimentos em mercados cada vez menos regulados. A busca de investimentos e mercados com menor regulação do Estado resulta no rompimento dos acordos de Bretton Woods e materializam a crise do modelo de desenvolvimento rígido.

O modelo de desenvolvimento flexível do capital e as reformas curriculares

Diante da desregulamentação nacional dos mercados e da ampliação da concorrência em escala planetária, a burguesia recompõe suas bases de acumulação por meio do modo de acumulação flexível. O regime de acumulação toyotista possibilita a reorganização da produção de forma a promover a automação e a introdução da microeletrônica e da informática na produção. O modo de regulação social caracterizado pelo Estado neoliberal viabiliza a intensificação do uso do fundo público para financiar a expansão das empresas capitalistas em escala global.

Diante das demandas renovadas de qualificação e formação, o sistema de educação escolarizado, voltado à formação para o trabalho regulamentado, com postos de trabalho definidos por meio da aplicação de conhecimentos pré-estabelecidos entra em crise. A nova dinâmica do capital demanda uma estratégia renovada de qualificação/formação. As novas demandas levam em conta a demanda do capital por um estrato da classe trabalhadora formado para as condições atuais de produtividade e competitividade da empresa capitalista, ao mesmo tempo em que conformam amplos segmentos para a vida precária. É neste sentido que as organizações multilaterais articulam as reformas na educação por meio de um discurso integrador voltado para a universalização da educação Básica, voltada à formação de competências com vistas a superação do desemprego e da desigualdade (SOUZA, 2018a, p. 269-270)

A redefinição das relações entre Estado e sociedade para os princípios neoliberais, mediatizados pela Terceira Via, inclui a reforma gerencial no âmbito da reforma do Estado. O objetivo da reforma gerencial é a redefinição dos princípios da administração pública com vistas a simular no serviço público um ambiente pautado na competitividade e na racionalização dos recursos materiais e humanos como critério de qualidade para o serviço público (SOUZA, 2018a). A reforma do Estado e da administração pública ganham corpo no Brasil, a partir de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a instituição do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública (MARE). no bojo desta reforma, destacam-se a racionalização e a flexibilização do trabalho e da produção; a instituição do contrato temporário de trabalho, a terceirização e o trabalho voluntário; a desregulamentação de direitos de servidores públicos; as parcerias entre o setor público e privado na implementação de servidores públicos (SOUZA, 2018b, p. 126).

No sentido de analisar as reformas curriculares operadas no Brasil e seus impactos na socialização do conhecimento científico tecnológico para a classe trabalhadora, tomamos as reformas curriculares operadas no estado do Rio de Janeiro, a partir do Decreto nº42.793/2011, por meio do "*Currículo Mínimo*". Compreendemos que desde os anos 2000 o governo Anthony Garotinho vinha operando uma série de reformas de cunho gerencial na administração escolar fluminense por meio do "*Programa Nova Escola*"; no entanto é a partir de Wilson Risolia, a frente da SEEDUC/RJ, no governo Sérgio Cabral, que as reformas gerenciais e o alinhamento pedagógico à Pedagogia das Competências ganham escopo. Nosso objetivo é averiguar em que medida a proposta curricular deflagrada por esse dispositivo legal materializa esforços burgueses para ajustar o sistema educacional às novas demandas de produtividade e competitividade do capital. Partimos da hipótese de que a experiência vivida pela Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro materializa uma tendência do capital no contexto mundial, configurando um movimento orgânico do capital (GRAMSCI, 2014, p.37), qual seja: para ajustar os sistemas educacionais às demandas de recomposição das bases de acumulação corroídas pela crise orgânica do capital, o empresariado e o Estado se veem empenhados em promover um conjunto de contrarreformas na educação, tanto na gestão do trabalho escolar, quanto na orientação curricular. Amparado na LDB e nas reformas do Estado Brasileiro, o Decreto Estadual 42.793/2011 dá prosseguimento a um conjunto de reformas de caráter neoliberal na educação, ao promover ampla reestruturação administrativa na SEEDUC e adequar o currículo à Pedagogia das Competências, tendo por objetivo acomodar a estrutura administrativa das escolas aos princípios do accountability.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa básica de análise qualitativa e caráter explicativo, se insere na categoria de estudo de tipo bibliográfico e documental, utilizando dados de fonte primária e secundária para coleta de dados, embora também se ampare em depoimentos de gestores.

Resultados

Na fase atual de nossa pesquisa, podemos apontar alguns resultados preliminares. Até o presente momento, detectamos que a reforma curricular materializada no "*Currículo Mínimo*", inserido no Decreto Estadual Nº 42.793, tem por objetivo adequar a força de trabalho às novas demandas do trabalhador de novo tipo para a empresa capitalista. No contexto da escola pública do Rio de Janeiro, onde a Educação Básica estadual é voltada a atender os segmentos subalternos da classe trabalhadora, o discurso do Pedagogia das Competências se volta especialmente à conformação deste segmento para a intensificação do trabalho precário para a polivalência e a flexibilização do contrato de trabalho. O currículo organizado por competências forma para empregabilidade e a relativização do posto de trabalho, adequando o trabalhador para a multifuncionalidade, onde o que passa a importar é sua atitude (o "saber-ser") diante dos problemas encontrados no trabalho. Ao organizar a escola pelo princípio da competitividade, professores e alunos são conformados à lógica da individualidade e do auto responsabilização, criando consenso em torno do novo projeto de sociedade burguês. Destaque especial deve ser dado ao empreendedorismo como estratégia de geração de renda e conformação com a realidade do desemprego, os princípios ético-morais da ideologia do empreendedorismo levam o trabalhador a se responsabilizar pelo seu sucesso ou insucesso na inserção no mercado de trabalho, desresponsabilizando o Estado.

O Decreto Estadual nº 42.793/2011, ao estabelecer um currículo mínimo vinculado à organização por competências

pretende criar condições para a formação de trabalhadores de novo tipo adequados à condição empregabilidade. Um trabalhador multifuncional, preparado para se inserir e permanecer no trabalho aceitando as condições de intensa exploração e constante mutabilidade. Neste sentido, os resultados obtidos na pesquisa indicam que a reforma curricular faz parte de um movimento orgânico do capital com vistas a manter a hegemonia capitalista diante da correlação de forças entre capital e trabalho que caracteriza o sociometabolismo do capital. A formação por competências, ao reformular as bases da educação com objetivo de flexibilizar as demandas formativas para os padrões atuais de produtividade e competitividade das empresas permite a flexibilização do currículo atualiza o projeto de educação burguês para as condições renovadas de reprodução do capital.

Conclusão

O “*Currículo Mínimo*” atualiza o projeto burguês de socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico, ao adequar a força de trabalho à realidade do desemprego, da informalidade e da polivalência. A materialização dos propósitos burgueses na reforma curricular empreendida no estado do Rio de Janeiro se evidencia por meio da manifesta preocupação do “*Currículo Mínimo*” em adequar a formação às novas demandas do trabalho. Ao implementar uma nova matriz curricular fundamentada na Pedagogia das Competências, o governo do estado do Rio de Janeiro adequa a Educação Básica às diretrizes internacionais estabelecidas por organismos multilaterais. Os organismos multilaterais (UNESCO, OCDE etc.) agem no sentido de disseminar uma nova pedagogia política para a educação, com vistas a mediar o conflito de classes e, desta forma, possibilitar a estabilização do Bloco Histórico diante da crise orgânica gerada pela incapacidade do capital de promover o acesso ao emprego regulamentado em razão da nova dinâmica do modelo de desenvolvimento flexível.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm, acesso em 13/02/2017.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. Cadernos do Cárcere. Trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª Edição, 2014. Vol. III.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 25ª edição. São Paulo (SP): Loyola, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Tradução: Reginaldo Sant’Anna. 33ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Livro I.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1. Ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMOS, Marise. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 42.793, de 06 de Janeiro de 2011.** Estabelece programas para o aprimoramento e valorização dos servidores da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Ano XXXVII, parte I, p. 03-04, 07/01/2014. Disponível em < <http://pielegisla.blogspot.com.br/2011/01/> > acessado em 03 de Setembro de 2016.

_____. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Currículo Mínimo 2012.** Rio de Janeiro: SEEDUC/RJ, 2012. Disponível em < <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820> > acessado em 03 de Setembro de 2016.

SOUZA, José dos Santos. Estado, sociedade civil e políticas públicas para a formação humana no capitalismo: algumas referências analíticas acerca da política educacional. In: SARTÓRIO, L. A. V.; LINO, L. A.; SOUZA, N. M. P. (Org.). **Política Educacional e Dilemas do Ensino em Tempo de Crise** São Paulo: Editora Livraria de Física, 2018a.

_____. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, vol.16 n. 1, p. 123-140, Janeiro/Abril de 2018b.